

Emenda de Achôa revê o monopólio

Já está pronta a emenda que pretende derrubar, no plenário da Constituinte, o monopólio da União na distribuição de petróleo. O autor da proposta, deputado Samir Achôa (PMDB-SP), disse ontem que conta com o apoio de vários outros parlamentares e das Federações dos Trabalhadores de Postos e Derivados do Petróleo e do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo (Fecombustíveis). O objetivo da emenda, é, segundo seu autor, reparar o que considera "um descuido" da Comissão de Sistematização, que ampliou o monopólio ao setor de distribuição aprovando uma emenda do deputado Fernando Sant'Anna (PCB-BA).

"Nacionalista somos todos os brasileiros, mas temos que ser coerentes e racionais neste assunto, respeitando inclusive o direito do consumidor brasileiro de optar pelo serviço que reputar melhor em termos de qualidade", afirma Achôa, que enumera diversos inconvenientes que poderiam advir da medida, caso

ela seja ratificada no texto final da Constituição. O deputado fez ontem um pronunciamento no plenário da Constituinte sobre o assunto e garante que haveria muitos prejuízos para a União com a instituição do monopólio da distribuição do petróleo.

EMPREGOS

A primeira consequência do monopólio do setor, seria, segundo o deputado, a queda do nível de emprego. Só a distribuição dá trabalho hoje a 200 mil brasileiros (empregos diretos) e para outros 300 mil cidadãos (empregos indiretos). "Nos primeiros dias, já veríamos ocorrer cerca de 150 mil demissões," diz Achôa. As consequências sociais do monopólio na distribuição seriam, portanto, graves, no entendimento do deputado paulista. "Eu tenho recebido inúmeras manifestações de entidades ligadas aos trabalhadores do setor condenando a inclusão do dispositivo", garante Samir Achôa.

Ao nível do governo, a medida também seria desastrosa. Para Samir Achôa, uma análise preliminar das consequências do monopólio indica que somente a Petrobrás perderia Cz\$ 5 bilhões nos primeiros dias de vigência da nova determinação constitucional, já que não poderia arcar com todo o mercado de distribuição. "A própria Petrobrás não quer o monopólio", afirma o deputado.

"Os efeitos mais graves da medida, no entanto, seriam sentidos pelo consumidor que veria os 21 mil postos de abastecimento espalhados pelo País atualmente ficarem reduzidos a apenas 8 mil — número evidentemente insuficiente para atender à demanda", disse Samir Achôa.

E quanto à União, o que aconteceria provavelmente é que ela teria de enfrentar uma demanda na Justiça, e isto certamente resultaria no ônus de alguma indenização às empresas de capital estrangeiro lesadas com a medida, assinala.

Covas é favorável à alteração

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, afirmou ontem que a nacionalização da distribuição de derivados de petróleo provocou uma reação extremamente negativa, após ser aprovada pela Comissão de Sistematização. Diante disso, disse o líder, sua posição pessoal será favorável à revisão dessa medida no plenário da Constituinte.

Em entrevista ao programa "Telemanhã", da TV Brasília, o senador lembrou que sequer estava na Capital no dia da votação

da proposta, qualificando sua aprovação de "apenas uma homenagem", em uma referência implícita ao autor da emenda, o veterano deputado Fernando Santana (PCB-BA).

Mário Covas admitiu também uma revisão do texto que estabelece estabilidade no emprego. Lembrou, a esse respeito, que a posição dos principais líderes do PMDB era favorável ao texto original do projeto chamado Cabral I, que remetia uma definição do assunto à legislação ordinária.



Covas

Proposta restabelece o presidencialismo

Os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Theodoro Mendes (PMDB-SP) deverão apresentar proposta para discussão e votação no plenário da Constituinte, restabelecendo o sistema presidencialista. Ainda não foi definida a duração de mandato. O deputado paulista prefere cinco anos como regra geral, mas o do Rio de Janeiro (brizolista) insiste em mandato de quatro anos, com a reeleição permitida. A eleição do presidente

seria em dois turnos. O candidato que conseguisse maioria absoluta dos votos seria considerado eleito. Se nenhum obtiver o quorum, haverá nova eleição, com a participação dos dois mais votados.

A emenda dos dois parlamentares presidencialistas fortalece o Poder Legislativo, permitindo, inclusive, censura a ministro de Estado. A moção de censura teria de ser encaminhada por um terço e para aprovação, seria exigido o apoio da

maioria absoluta metade mais um. O presidente poderá votar a censura, mas o Congresso teria poderes para derrubar o veto.

Está prevista comissão especial do Congresso para fiscalizar a administração direta e indireta. Decreto-lei do presidente não mais seria aprovado por decurso de prazo, mas só no voto, podendo ser emendado. Pela Constituição vigente, decreto-lei deve ser aprovado ou rejeitado, sem alterações.

Sindicatos se reúnem para garantir ganhos na Carta

Dirigentes sindicais de todo o País estão reunidos hoje em Brasília, na Plenária Nacional das Entidades Democráticas, Populares e Sindicais, "convocada como manifestação de rechaço à investida reacionária de setores oligárquicos, contra o reconhecimento de direitos democráticos, reivindicações populares e liberdades sociais na Constituição", segundo declaração do presidente nacional da CUT, Jair Meneghelli.

Além dos sindicalistas de todos os setores e tendências — a promoção reúne as duas centrais sindicais: CUT e CGT — deverão também estar presentes representantes de entidades da sociedade civil, os Plenários de Participação Popular na Constituinte,

União Nacional dos Estudantes (UNE), movimentos populares e ainda artistas, intelectuais e dirigentes e/ou parlamentares de partidos políticos.

Os trabalhos acontecem no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, a partir das 10 horas, quando será aberto com as palavras dos presidentes da CUT, Jair Meneghelli; da CGT, Joaquim dos Santos Andrade; da CONTAG, José Francisco, e terão continuidade à tarde, quando será proclamado o Manifesto da Plenária. Será definida também a constituição ou não um Fórum Permanente de Entidades, para acompanhar a votação na Constituinte de todas as matérias de interesse dos trabalhadores.

Na sessão de ontem da Constituinte, o deputado Paulo Palm (PT-RJ) convidou todos os constituintes a participarem da Plenária Nacional de Entidades Democráticas, alertando-os para a não abstenção do Plenário da Constituinte "a uma minoria comprometida com o que há de mais reacionário na sociedade brasileira". Palm, em nome da CUT, CONAN, Fenaj, Andes, CPB, Contag, Federação dos Engenheiros e Diap, disse que acreditam ser a maioria dos constituintes "consciente de suas responsabilidades nesse momento e de seus compromissos em produzir uma Carta Constitucional compatível com o avanço que a sociedade brasileira está exigindo".